



Anais da Assembléia

Nº 119

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Artindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Bellinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Viela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hernas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL
PARA DISCUTIR O PROCESSO DA
CPI DO CONGRESSO NACIONAL SOBRE
O COMBATE À CORRUPÇÃO
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1992
(QUINTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Iensen e Lourenço Fregonse.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonse, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL

para discutir o processo da CPI do Congresso Nacional sobre o combate à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, inciamos os nossos trabalhos.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1305
PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE A
SITUAÇÃO NACIONAL

SÚMULA: Fixa posição da Assembléia de acatamento às conclusões de CPI Federal.

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, tendo em vista os fatos tornados públicos pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que investiga eventuais

irregularidades cometidas pelo empresário Paulo César Farias e,

CONSIDERANDO a necessidade de intransigente alinhamento com a ética que deve presidir as relações políticas dentro da sociedade - herança dos valores culturais da civilização que nos foram legados desde os gregos, romanos e primeiros cristãos, passando pela formação dos Estados modernos até o triunfo final da democracia;

CONSIDERANDO que, enquanto os Governos monárquicos ou aristocráticos repousam sobre fundamentos de autoridade dos príncipes ou dos notáveis, a Democracia tem por princípio geral a virtude, conforme doutrina Montesquieu;

CONSIDERANDO que somente a auto-contenção dentro dos padrões éticos universalmente aceitos contrere aos Governos de leis a necessária autoridade que os torna estáveis e respeitados;

CONSIDERANDO que o Brasil encontra-se em uma penosa fase de restauração do regime democrático, cujos frutos não podem ser anulados sob riscos para consolidação do pluralismo político,

RESOLVE:

1. Manifestar às augustas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representativas da Nação politicamente organizada como Estado democrático de direito, seu inteiro endosso às atividades da CPI que investigando eventuais ilícitos cometidos pelo empresário Paulo César Farias, apurem fatos delituosos de responsabilidade de autoridades federais;

2. Sugerir que as conclusões da dita CPI do Congresso Nacional sejam observadas em sua inteireza, punindo-se os culpados rigorosamente;

3. Recomendar ao acatamento das autoridades, lideranças e a quantos o conhecimento desta Moção couber que, no interesse superior da Nação, resguardado do direito de defesa sejam abreviados prazos de apreciação, julgamento e decisão em relação às figuras envolvidas ou denunciadas, de modo a permitir a breve superação do período de turbulência, inação social e instabilidade macroeconômica em que se debate o Brasil com prejuízos gerais que se refletem principalmente sobre os segmentos sociais desprotegidos

4. Recomendar que, da crise envolvida pelo País, sejam extraídos os ensinamentos tendentes a aperfeiçoar as instituições de nossa Democracia representativa, aplicando-se as novas regras à revisão constitucional e das leis, de modo a evitar ou minimizar a futura ocorrência de desvios semelhantes;

5. Difundir este posicionamento - expressão da vontade majoritária dos Deputados à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - junto à opinião pública, reafirmando ao mesmo tempo, a nossa crença na aplicação da Constituição Federal para superação de desafios do momento presente, com a certeza de que o Brasil - que venceu outras crises ao longo de sua História - haverá de emergir renovado e mais coeso no caminho do bom governo.

Sala das Sessões, em 20.08.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Lygia Pupatto, Doutor Rosinha, Djalma de Almeida César, Rafael Greca de Macedo, Antônio Annibelli, João Iensen, Paulo Maia, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Algaci Túlio, Emilia Belinati, Orlando Pessuti, José Tavares, Oswaldo Trevisan, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Neivo Beraldin, Lourenço Fregonese, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Alceu Swarowski, Renato Adur, Toti Colaço e Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a Constituição de uma Comissão de Parlamentares de caráter pluripartidário, para incorporar a Coordenação do Movimento Pró-Brasil e acompanhar os eventos por ele programados.

Sala das Sessões, em 20.08.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

LYGIA PUPATTO

Apoio: Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, Antônio Annibelli, José Tavares, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, João Iensen, Djalma de Almeida César, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Algaci Túlio, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Emilia Belinati, Paulo Maia, Cleiton Kielse, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo assinado pelo Governador Roberto Requião, e publicado no Jornal Gazeta do Povo do dia 6 de agosto de 92, sob o título: "O GOVERNO COLLOR ACABOU".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 20.08.92

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA

Realmente, é preciso dizer um basta a tudo isso.

Todos nós brasileiros que ganhamos honradamente o pão de cada dia, todos os nossos irmãos que honram os valores éticos e morais fundamentais, a trabalho da ação honesta.

Diante de tantas evidências de fatos que denigrem nossa imagem é que nos leva a apoiar intensamente o pensamento de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, inclusive solicitando a transcrição nos Anais da Casa para fazer parte da história paranaense.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está aberta a Sessão Especial a fim de que a Casa possa discutir documento especial que será enviado ao Congresso Nacional a respeito do processo da CPI que está instalada no Congresso Nacional e que diz respeito ao Combate à corrupção.

Deputado Dirceu Manfrinato autor do Requerimento está inscrito para falar. Concedo a palavra a S. Excelência o Senhor Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Exmas, Senhoras e Senhores Deputados.

A política se faz com história e a vida dos políticos também se transforma em história. Todos os políticos, sejam vereadores, Deputados Estaduais, Federais Senadores ou até os governantes, a trajetória daqueles que tiveram vários mandatos faz com que tenham um passado e devem ter um presente, principalmente quem traz um passado de seriedade defendendo os interesses do bem-comum, especialmente da nossa pátria.

Orgulho-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados de ter nascido num País como o meu Brasil. Não tenho nenhuma dúvida na minha consciência de que ser brasileiro é ser respeitado porque este ainda é o melhor País do mundo. E para que ele seja melhor ainda, através do que a própria natureza ofereceu a este País, é preciso resgatarmos. Senhor Presidente e Senhores Deputados, o compromisso com a sociedade. E o compromisso com a sociedade? É os políticos cumprirem com seriedade os mandatos conferidos pela população brasileira.

Esta é uma razão, Senhor Presidente, porque quero registrar nos Anais desta Casa, uma vez que a política se faz na história, esta Sessão Especial que hoje requeremos e que quero agradecer ao apoio de todos os Deputados que assinaram esta grande responsabilidade que a Assembléia Legislativa do Paraná sai à frente.

Quero registrar a presença do ex-Governador do Paraná e Presidente Nacional

do nosso Partido Álvaro Dias registro a presença do nosso Secretário, Dr. Goyá Campos, representando S. Exa. o Governador do Paraná.

(Lê):

**"PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE A
SITUAÇÃO NACIONAL**

Súmula: Fixa posição da Assembléia de acatamento às conclusões de CPI Federal.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, tendo em vista os fatos tornados públicos pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que investiga eventuais irregularidades cometidas pelo empresário Paulo César Farias e,

CONSIDERANDO

a necessidade de intransigente alinhamento com a ética que deve presidir as relações políticas dentro da sociedade - herança dos valores culturais da civilização que nos foram legados desde os gregos, romanos e primeiros cristãos, passando pela formação dos Estados modernos até o triunfo final da democracia;

CONSIDERANDO

que, enquanto os Governos monárquicos ou aristocráticos repousam sobre fundamentos de autoridade dos príncipes ou dos notáveis, a Democracia tem por princípio geral a virtude, conforme doutrinava Montesquieu;

CONSIDERANDO

que somente a auto-contenção dentro dos padrões éticos universalmente aceitos confere aos Governos de leis a necessária autoridade que os torna estáveis e respeitados;

CONSIDERANDO

que o Brasil encontra-se em uma penosa fase de restauração do regime democrático, cujos frutos não podem ser anulados sob riscos para consolidação do pluralismo político

RESOLVE

1. Manifestar às augustas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representativas da Nação politicamente organizada como Estado democrático de direito, seu inteiro endosso às atividades da CPI que, investigando eventuais ilícitos cometidos pelo empresário Paulo César Farias, apurem fatos delituosos de responsabilidade de autoridades federais;

2. Sugerir que as conclusões da dita CPI do Congresso Nacional sejam observadas em sua inteireza, punindo-se os culpados rigorosamente;

3. Recomendar ao acatamento das autoridades, lideranças e a quantos o conhecimento desta Moção couber que, no interesse superior da Nação, resguardado do direito de defesa, sejam abreviados prazos de

apreciação, julgamento e decisão em relação às figuras envolvidas ou denunciadas, de modo a permitir a breve superação do período de turbulência, inação social e instabilidade macroeconômica em que se debate o Brasil com prejuízos gerais que se refletem principalmente sobre os segmentos sociais desprotegidos;

4. Recomendar que, da crise envolvida pelo País, sejam extraídos os ensinamentos tendentes a aperfeiçoar as instituições de nossa Democracia representativa, aplicando-se as novas regras à revisão constitucional e das leis, de modo a evitar ou minimizar a futura ocorrência de desvios semelhantes;

5. Difundir este posicionamento - expressão da vontade majoritária dos Deputados à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - junto à opinião pública, reafirmando ao mesmo tempo, a nossa crença na aplicação da Constituição Federal para superação de desafios do momento presente, com a certeza de que o Brasil - que venceu outras crises ao longo de sua História - haverá de emergir renovado e mais coeso no caminho do bom governo.

Curitiba, 20 de agosto de 1992

(a) DIRCEU MANFRINATO"

Senhores Deputados, eu terei a grande satisfação de encaminhar, para que possa coletar a assinatura dos Senhores Deputados ao apoio desta moção que parte desta Assembléia Legislativa do Estado, aqui quero parabenizar o seu Presidente e à Mesa Executiva e os Senhores Deputados aqui compõem.

Acho que o caminho que nós estamos vivendo é o caminho da modernização política e da responsabilidade e banindo de vez a corrupção da vida pública.

Com a permissão de Vossa Excelência, Senhor Presidente e dos Senhores Deputados eu quero parabenizar o presidente nacional do nosso partido e agradecer ao mesmo tempo a sua presença a esta Casa e eu o parabeno pela postura que esteve ontem em Brasília quando o nosso partido já teve uma definição em busca de resgatar aqui aquilo que nós sonhamos que é tirar fora a corrupção do nosso País.

Parabéns meu Presidente e agradeço mais uma vez a presença.

Muito obrigado.

(palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia sente-se honrada com a presença do ex-Governador Álvaro Dias e do Secretário Goyá Campos, desejando a ambos uma feliz estada aqui na nossa Casa, no Plenário, e rendendo as nossas homenagens àqueles homens que verdadeiramente lutam pelo regime democrático.

Concedo a palavra ao Dr. Plauto Guimarães, Líder da Bancada do PFL no Paraná. O SR. PLAUTO GUIMARÃES (Lê).
 "Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, indiscutivelmente estamos vivendo um momento de grande perplexidade. Os noticiários da imprensa nos dão conta de fatos graves, envolvendo membros do Governo ou cidadãos ligados à administração. Fatos que reputamos da maior seriedade e que, por isso mesmo, precisam ser devidamente esclarecidos, custe o que custar, doa a quem doer.

Para o completo esclarecimento de toda essa triste e melancólica situação, constituiu-se no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que vem desenvolvendo extensos e intensos trabalhos, que a Nação toda acompanha.

Pois bem, da conclusão desses trabalhos da CPI, que aliás já se aproximam de seu término, vai depender a nossa posição frente o Governo da União. E quando me refiro à nossa posição, estou aludindo não só ao meu posicionamento pessoal, mas, também, ao de meus companheiros de Bancada, nesta Casa, e, ainda, de todo o PFL paranaense, do qual ocupo a Secretaria Geral.

Como frisei, os fatos devem ser apurados, já que são fortes os indícios de irregularidades e até de crimes, a fim de que pare, afinal, a verdade. E, diante desta, teremos que nos curvar.

Afinal de contas, não podemos, não queremos, nem iremos, de forma alguma, compactuar com desvios de conduta e com procedimentos que atentem contra a moralidade pública. A preservação de valores éticos e morais, o respeito à coisa pública e o fortalecimento das instituições têm que constituir, hoje e sempre, qualquer que seja o Governo, bandeira e farol a nos guiar. E desse caminho, nós, do PFL do Paraná, não iremos nos afastar, pois, antes e acima de eventuais compromissos políticos e partidários, temos valores a preservar e posturas a respeitar.

De qualquer maneira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos, também, que não podemos nos precipitar. Não podemos prejudicar. Não podemos fazer o jogo daqueles que sempre defendem o quanto pior, melhor.

A hora é de cautela. O momento exige prudência e, sobretudo, muita serenidade. Não podemos, não devemos e não vamos agir com apodamento. Vamos sim, aguardar. Esperar pelas conclusões da CPI, cujos resultados, uma vez definidos, devemos todos nos curvar.

Essa é a posição do Diretório Regional do PFL do Paraná, já transmitida a seus Deputados Federais e Estaduais. Ou seja,

se o Relatório da CPI concluir pelo envolvimento do Presidente da República, ele terá que se defender. E ser julgado. Finalmente, não podemos admitir, aceitar ou tolerar a impunidade.

Por isso mesmo, Senhor Presidente, a Bancada do PFL, assim como, tenho certeza, todos os demais componentes desta Casa, se posiciona, hoje, favoravelmente ao Requerimento de apoio ao Congresso Nacional, por confiar no patriotismo e no bom senso de seus integrantes.

Muito obrigado.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
 Líder do PFL"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rafael Greca pela Bancada do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, ilustres convidados, ex-Governador Álvaro Dias, Doutor Goyá Campos, Secretário de Justiça do Estado, Senhores Deputados, Senhora Deputada, paranaenses.

Os resultados da CPI da corrupção ligando diretamente o Senhor PC Farias à Casa da Dinda e ao Palácio do Planalto trazem um vento bom para a política brasileira. O vento podia ter até o nome de "tudo limpo" porque nos oferece a oportunidade de passar o Brasil a limpo. A partir de agora, a lição de democracia que o Congresso Nacional e a imprensa livre estão dando ao País e ao mundo, obriga a Bancada do Governo nesta Casa e os partidos que lhe dão sustentação, a aceitar todo e qualquer pedido de informações, não mais rejeitando qualquer pedido de informações que queira passar o Governo a limpo e o País a limpo. É preciso moralizar sim, mas vamos adiante do moralismo de apenas exigir de maneira histórica e eleitoral, a saída do Presidente Collor.

Afinal de contas, o recurso dos "video tapes" nos recorda os governantes que disseram: "Vá em frente, Presidente Collor, siga feliz no seu plano" em março de 1990. Os arquivos da cidade, graças a Deus, têm muito boa memória e nós teremos ocasião de ver a verdade dos homens. Vamos agir com vontade pública clara, contra a estagnação, o desemprego e a inflação que há tanto tempo infelicitam o povo brasileiro. A política deve servir a interesses sociais mais amplos do que a mera ambição dos governantes. O vento da transformação precisa mudar o Brasil inteiro. Ninguém pode ser esclarecido para o País aos olhos da opinião pública nacional e despota dentro do seu estado, a quem nós também queremos a clareza, a clareza que tem o governo do Prefeito Jaime Lerner, a clareza que pretendo dar à minha prática de poder, em sendo o próximo Prefeito de Curitiba.

"Tudo limpo em Curitiba". Este não é apenas o nome de um programa que já emprega mais de mil famílias. vinte dias por mês, durante noventa dias, para combater a recessão e o desemprego, pagando quinze mil cruzeiros por dia, por tarefas de limpeza das valetas pluviais da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu solicito ao nobre Deputado que se atenha ao motivo da convocação.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu estou me atendo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, está extrapolando.

O SR. RAFAEL GRECA - Aguarde a seqüência, que já virá isso.

"Tudo limpo em Curitiba", é o jeito de governar do nosso prefeito. Já sobre outros governos, o Governo Federal...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem).

Eu solicitaria de Vossa Excelência, como se trata de um momento de muita responsabilidade a nível nacional...

O SR. RAFAEL GRECA - Grave responsabilidade.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - ... e que seu líder maior entendeu isso agora e resolveu caminhar pelo menos, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que não fugisse da responsabilidade que requeri a esta Casa, é, Senhor Presidente, que pedisse ao Deputado que seguisse as linhas do que nós estamos defendendo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero dizer que sobre o Governo Federal que mandou merenda por apenas 18 dias para as escolas públicas de Curitiba, este ano, não se pode dar o mesmo crédito que se dá ao governo do Prefeito Jaime Lerner que garantiu a merenda às nossas crianças, durante todos os outros dias deste ano, merenda esta que o Governo Estadual não garantiu.

Eu quero falar, além da moralidade histórica, eu quero falar de trabalho. Somos, com os Deputados Federais. Miro Teixeira, Valdir Pires, que me distinguiu com a honra de lançar a minha candidatura a Prefeito de Curitiba, e com o Senador Maurício Corrêa, vice-Presidente da CPI, pelo impedimento do Presidente Collor, mas sem histeria. Aguardamos o julgamento do Congresso, torcendo pela democracia. Temos a serenidade dos justos, a serenidade de

quem jamais votou no Collor e jamais frequentou qualquer vídeo ou qualquer mídia pedindo apoio em cadeia estadual de televisão ao Presidente Collor.

Agora, proponho ao Plenário da Assembleia um teste de boa memória: qual é o Governador do PMDB que em março de 1990, por quinze dias, desmanchou-se em elogios, ao Presidente Collor dizendo: "vá em frente, Presidente!"

O que eu quero dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o Brasil precisa avançar além do mero moralismo vazio.

A data da próxima segunda-feira, que recorda o Presidente Getúlio Vargas, pagando com o seu próprio sangue a difamação que lhe moviam os seus adversários, a presença de muitos dos assassinos de Getúlio ainda nas altas esferas da República, tudo isso, faz os trabalhadores que sofrem os efeitos da recessão e do desemprego, tudo isso pede uma verdadeira conversão da classe política brasileira em busca do "tudo limpo". Neste sentido, reafirmando o documento assinado pela Bancada do PDT, firmado neste Plenário em 7 de agosto, deste mês, e reafirmando as posições dos nossos companheiros Miro Teixeira, Maurício Correia, Valdir Pires e agora também do Governador Leonel de Moura Brizola, eu quero mais uma vez referendar o grito de toda a Nação no sentido de que se mantenha a democracia, que se fortaleça o Congresso e que se mande para o quinto dos infernos quem tira o leite das crianças!

Era isto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Annibelli, PSDB.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Dr. Goyá Campos, Secretário da Justiça do Governo Roberto Requião, ex-Governador Álvaro Dias, Presidente do PST que honra esta Casa como um verdadeiro democrata pelo seu passado político e pelo grande Governo que realizou em nosso Estado.

Senhores Deputados, o PSDB de José Richa, Mário Covas, os homens sérios desta Nação, faz parte da CPI que envergonha a Nação brasileira, que resgata parte da vida pública de políticos brasileiros e paranaenses.

A classe política tão enxovalhada pela mídia de televisão, tão difamada pelos homens que hoje são acusados de ladrões pela república brasileira. Aqueles homens que ganharam a eleição para a Presidência da República e tentavam ganhar aqui no Paraná para o Governo do Estado, procurando moralizar a classe política falando em salário, em mordomias e que iriam acabar com

esta prática na República. E, hoje, estes mesmos homens que juraram fazer dos descamisados, dos sem casa, dos desamparados de justiça, fazer uma nova República, fazer uma reconstrução nacional. Envergonham o nosso passado de um País democrático.

O Governo de Getúlio Vargas teve a dignidade de se suicidar para não levar o País a uma guerra civil.

E esperamos que Fernando Collor de Mello, para a felicidade geral da Nação, repita até o dia 24, este ato de Getúlio Vargas, procurando passar para a história não como um ladrão, um assaltante, um quadrilheiro. Mas, que num gesto extremo, tentou, envergonhando aqueles 35 milhões de brasileiros que nele votaram, e graças a Deus eu não fui um deles.

Aqueles que bateram no peito, que foram para os palanques, que foram para as televisões compradas com o dinheiro do povo e do Senhor PC Farias. Que este País volte à normalidade, que este País volte a ser falado no exterior como um País de futuro, como um País rico, um País produtor. E não como um País de vergonha, um País de ladrões, um País dos quadrilheiros, um País dos dólares, dos desvios, das comissões, das propinas.

É este, Governador Álvaro Dias, que o seu Partido, o meu Partido, o PMDB de Roberto Requião, o PT de Luís Inácio "Lula" da Silva, o PDT do grande Leonel Brizola, que parece-me está voltando ao caminho antigo da sua bandeira de dignidade.

Esperamos que o PRN de gente séria, de Alborghetti, dos Deputados que compõem esta Casa, o PFL, dos Deputados que não fazem parte da roubalheira nacional, dos Governadores do PFL que estão liberando seus liderados para que possam votar com a Nação Brasileira.

Queremos, Senhores Deputados, que aqueles que defendem os operários, o assalariado, o professor, os descamisados, aquela gente que não tem casa, aquela gente que cata lixo nos mercados, que vive de esmolas, que vive na esperança de um dia melhor, que apenas agarrado com Deus, porque não acredita mais nos homens, que esta gente se una em oração, una-se com a Nação Brasileira, para que possamos resgatar a dignidade daqueles que ainda têm, daqueles que têm responsabilidade num Parlamento ou nas administrações, como a bandeira que o Governador Roberto Requião, talvez prejudicando o nosso Estado, mas estando com vergonha na cara para ir a qualquer ponto do nosso Paraná ou a qualquer ponto da Nação Brasileira e ser saudado como um dos pioneiros pela procura do resgate e da dignidade nacional.

O Paraná tem sido discriminado. Não têm vindo obras. Um Estado riquíssimo, de uma terra maravilhosa, adubada pelo suor

de lágrimas e do trabalho do homem paranaense, tem sido discriminado pelos PC's e pelos corruptores da Nação Brasileira do Senhor Fernando Collor.

É este o resgate ao nosso Estado! É isto o que nós queremos. Governador Requião, Governador Álvaro Dias, Dr. Goyá! Companheiros Parlamentares, Senhoras Deputadas, que fazem parte da mulher sofrida brasileira, da mãe que vê o filho chorando na miséria, não podendo pagar um livro, um lápis, quando roubam esta Nação.

Os dólares desviados, fazendo favores a inescrupulosos que usaram de mandatos públicos concedidos pela gente brasileira, para tentar levar vantagem, enganando a própria Nação.

Companheiros, Deputado Dirceu Manfrinato, esta Casa procura contribuir com a Nação fazendo um documento, procurando levar um incentivo a estes grandes homens da CPI contra PC Farias, para que o Paraná, ao lado dos Partidos de Oposição, dos homens sérios da Situação, ao lado das nossas lideranças maiores, possam dizer à Nação Brasileira que o Paraná o grande produtor desta Nação produz políticos sérios para sanar esta Nação dos malfetores, dos destinos desta tão rica Nação, mas infelizmente tão mal governada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encontra-se sobre a mesa um requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, apoiado por todos os Senhores Deputados que se encontram presentes, que foi lido por Sua Excelência...

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Senhor vai fazer uso da palavra é que o requerimento tem preferência regimental, após o Senhor fará uso da palavra e os outros oradores que desejarem. A menos que a Mesa entenda, o Plenário entenda que deva votar isso ao final. Como o Requerimento é matéria urgente, o Deputado deseja que se vote já, eu vou submeter a votos Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato e apoiado por todos os Parlamentares aqui presentes, conservem-se como estão.

Aprovado (por unanimidade).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Quero registrar a presença do Presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores e também a presença do Presidente e direto-

res do Sindicato dos Petroquímicos do Paraná.

Nós do PT, Partido que ficou no segundo turno em 1989, para concorrer com Collor, não esperávamos que apenas dois anos e meio de mandato, o atual Presidente conduzisse o País para o rumo que foi.

As eleições diretas era uma chama de esperança para todos os brasileiros, independente do resultado das eleições, toda a população brasileira esperava um Brasil melhor do que aquele Brasil autoritário, o Brasil sem liberdade, o Brasil sem democracia, aquele Brasil que os Militares governaram autoritariamente durante muitos anos.

Acendeu-se a esperança nos corações de todos os brasileiros; após o segundo turno esperávamos que o Presidente da República Collor de Mello, executasse pelo menos a metade do que ele tinha colocado e proposto em seu programa de Governo. Se fizesse a metade, nós tínhamos a certeza que já estava num bom caminho.

Mas não fez absolutamente nada e fez tudo aquilo que não tinha dito. Seus primeiros atos foram confisco do dinheiro do trabalhador, a demissão em massa do trabalhador, devido a recessão causada pela sua política neo-liberal, o desemprego e o achatamento salarial. Uma séria crise econômica tomou conta do País e nós não somos daqueles que queremos a crise, para dizer que quanto pior, melhor para o nosso Partido. Em absoluto, para nós quanto pior, é pior para todos e não é melhor para ninguém a não ser para aquela minoria da camarilha ligada ao Presidente da República; porque quanto pior a crise econômica, maior é a fome, maior é a desinformação, e povo desinformado e faminto é povo submisso, é povo alheio ao que ocorre no País. Nós somos por aqueles que queremos uma sociedade nova, uma sociedade diferente, e essa sociedade nova e diferente só pode ser construída por homens conscientes e homens que ajam através de atos políticos voluntários e reações conscientes. No entanto, o Governo Collor levou o País ao maior descrédito que vive a nossa população. Hoje, o povo que foi enganado, coloca todos os homens e mulheres que têm opinião política, que têm militância política, como se fossêmos todos iguais ao Presidente da República. Nós temos um trabalho enorme pela frente, nós, de todos os partidos, um trabalho que é reconquistar a consciência da população para que ela volte a acreditar que o Brasil tem solução e a solução se passa por ato político. E o primeiro ato político que temos a fazer é o impedimento que Collor continue na Presidência da República. Não é possível um Presidente da República que esteja envolvido em tantos atos de corrupção, a tantos atos imo-

rais, a tantos atos que hoje fariam envergonhar qualquer pessoa que tivesse o mínimo de vergonha na cara.

São atos que vão desde a renegociação da dívida dos usineiros às irregularidades do Ministério da Ação Social; as destinações ilegais de recursos da LBA; as irregularidades do Ministério da Saúde - e para nós triste história política, envolvendo um Ministro do Paraná; as irregularidades até no Ministério do Exército que a gente acredita que já existiam outras durante a ditadura mas não podia falar e que agora vieram à tona.

E para acobertar todos os atos imorais, corruptos e irregulares o Presidente vem com uma mentira, a mentira de ter buscado dinheiro emprestado no Uruguai, ouro no Uruguai piorando ainda mais aquilo que ele procurava remendar.

Nós que desejamos a democracia para o País, que desejamos a ética nas relações políticas entre os homens e os partidos, nós que desejamos o fim da fome, nós que desejamos o fim da miséria, nós só podemos desejar, de imediato, o fim do Governo Collor para começarmos novamente a dar outros passos rumo a um País decente e democrático.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao ex-Governador Alvaro Dias.

O DR. ROSINHA (Questão de Ordem) - Peço licença ao ex-Governador Alvaro Dias, porque eu ia apresentar da tribuna um requerimento solicitando a constituição de uma Comissão de Deputados para incorporar a coordenação do Movimento Pró-Brasil e gostaríamos de solicitar dos Deputados - demais Deputados - que quisessem assinar, queria pedir licença para recolher a assinatura dos demais Deputados.

O SR. ALVARO DIAS - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados.

A Assembléia cumpre um dever cívico, demonstra sensibilidade política e faz refletir as aspirações sentidas pela sociedade brasileira nesse momento de grande inconformismo nacional. Não há dúvida, o Governo Collor é o Governo mais corrupto e pantanoso da nossa história. A corrupção brota no gabinete do Presidente, desce pela rampa do Planalto passeia pelos jardins da Casa da Dinda, amanhece nos ministérios, percorre gabinetes do Congresso Nacional, voa no morcego negro do PC Farias, para afinal arrebentar-se nas costas do povo, que é quem paga e paga caro, sem poder pagar esta conta alta da corrupção de Brasília!

Não há outra alternativa, estamos en-

tre a lama e a honradez! É entre a lama e a honradez fica o "impeachment" do Presidente da República! Existiriam outras alternativas, menos dolorosas para o País: - a primeira delas a renúncia do Presidente da República, por muito menos Nixon renunciou, nos Estados Unidos.

Surgiu um articulador para a renúncia negociada do Presidente, o Senador Barry Goodweather liderou a negociação pró-renúncia negociada e evitou-se o "impeachment", traumático para a Nação americana.

Na Alemanha Ocidental, por menos também Willy Brandt renunciou. Foi necessário apenas que descobrissem ser seu chefe de gabinete espião da Alemanha Oriental, para que o estadista renunciasse, evitando, portanto, um processo prolongado de "impeachment".

No Brasil, infelizmente, este cenário não está descortinado, o cenário da renúncia não é previsível, porque imprevisível é o Presidente! Mas, na sua imprevisibilidade não nos deixa tranquilos em relação à hipótese de uma eventual renúncia. Escrúpulos não possui, é frio, calculista, patriotismo não tem! Renúncia não podemos esperar.

Apesar desta manifestação popular, espontânea, que ganhou as ruas no último domingo, o Presidente não se convence de que a Nação está totalmente contra ele! Se não há a renúncia, aos políticos só resta a alternativa do impedimento do Presidente da República, com a conseqüente posse de seu vice-Presidente, cumprindo o preceito constitucional.

A outra alternativa é a do Ministério Público, com a denúncia do Procurador da República ao Supremo Tribunal Federal. Esta ocorrerá se o Procurador possuir a segurança de que todos os requisitos jurídicos estejam alcançados, para impedir o não acolhimento, na preliminar, por parte do Supremo Tribunal Federal. Porque na verdade, se há razão para o "impeachment", em função do crime de responsabilidade, há razão para a denúncia do Procurador da República, independentemente da vontade do Congresso Nacional, porque o crime comum também está configurado, nos inúmeros ilícitos praticados pelo Presidente da República, pois ele comandou, pessoalmente, todo o processo de corrupção desencadeado no Brasil, nos últimos dois anos, tendo o PC Farias como uma espécie de Ministro da Corrupção do Governo Federal.

Portanto, Senhores Deputados, a esta Assembléia compete a sugestão de um impeachment, sim! Para fortalecer a convicção de todos os Parlamentares do Congresso Nacional, independentemente do interesse partidário. Esse não é o momento para os Partidos políticos! Este não é o momento para o prevalecimento dos interesses cir-

cunstanciais das eleições municipais, é o momento para a unidade nacional! Eu não diria a unidade das Oposições, mas a unidade dos homens de bem, deste País, que ainda acreditam na hipótese de decência na administração pública brasileira. É preciso saber superar as divergências partidárias naturais do processo democrático. É preciso ter grandeza para esquecer as divergências políticas, também naturais no processo democrático, para juntarmos em favor da causa maior da moralização da atividade pública no Brasil. É preciso, com a linguagem frontal, ferir o problema nacional com muita sinceridade.

Não foi um Governo que assumiu o Palácio do Planalto para nos governar: infelizmente, dramaticamente, é preciso dizer que assumiu o Palácio do Planalto uma quadrilha para nos assaltar. É preciso reconhecer que os fatos gravíssimos apontados pela CPI no Congresso Nacional não chegam sequer a 10% do volume dos escândalos ocorridos durante pouco mais de dois anos. O valor dos recursos desviados nas negociações realizadas em praticamente todas as esferas da administração pública federal suplantam os recursos roubados do Tesouro Nacional por Ferdinando Marcos durante vinte anos, resultando na sua deportação.

É preciso acrescentar que o "impeachment", do Presidente da República seria demonstração de maturidade política, e ao contrário do que alguns pretendem insinuar, o impedimento do Presidente da República seria consolidação das instituições democráticas do Brasil; seria, além do mais, exemplo, um grande exemplo para o futuro, porque seguramente nenhum outro governante ousaria afrontar tanto o povo brasileiro. Seria o reabilitar das esperanças da população de um Governo com credibilidade, Governo com credibilidade no chão, impede o crescimento da economia; somente o reabilitar das esperanças do povo, num Governo de decência e seriedade, seria capaz de oferecer alternativa da retomada do crescimento econômico do País.

Se tivemos uma safra agrícola gigantesca, se o desempenho das nossas exportações é extraordinário neste momento, porque o povo brasileiro tem competência para produzir; ao passo em que o Governo é incompetente para distribuir, para aplicar; não distribui, concentra; não aplica, desperdiça.

Somente a credibilidade é capaz de fazer com que os indicativos de recuperação econômica possam refletir no crescimento da economia para oferecer novas alternativas de emprego e de salário, melhorando as condições de vida da nossa população.

Portanto, se no plano da ética o "impeachment" é exemplo, se no plano político

representa maturidade e consolidação das instituições; no plano econômico e social o impedimento do Presidente da República ressuscitaria esperanças de que é possível ainda avançar na direção de um futuro mais humano, mais fraterno, mais solidário e mais justo para o grande povo brasileiro.

A Assembléia, portanto, faz ecoar aqui o grito que é de toda Nação. Esse grito ecoará nas ruas do Brasil. Participamos ontem em Brasília da reunião dos diversos Partidos de oposição delineando a estratégia para a ação política que devemos juntos desenvolver depois da votação do relatório apresentado pela CPI no próximo dia 26, as manifestações populares deverão ocorrer neste primeiro momento com estímulo à espontaneidade repetindo o espetáculo cívico do último domingo; e num segundo momento, com a organização efetiva de todas as forças políticas engajadas no processo de recuperação moral da administração pública brasileira, engajadas no processo de construção desta passagem do ciclo da corrupção no Brasil para o ciclo de maior correção na atividade pública do País. É preciso destacar a importância da imprensa que fez um papel decisivo e histórico na passagem do ciclo autoritário para o ciclo democrático, e mais uma vez cumpre um papel histórico nesta luta que quer definir a passagem do ciclo da corrupção para o ciclo da moralização da atividade política neste País. E é justamente por esta razão que os partidos da oposição foram unânimes ontem em Brasília em oferecer à ABI - Associação Brasileira de Imprensa a primeira assinatura no requerimento que propõe o "impeachment" do Presidente da República. A OAB - Ordem dos Advogados do Brasil que formula esta proposta de "impeachment" subscreveria em segundo lugar. As demais entidades, evidentemente, representadas pelos seus líderes os partidos políticos subscreveriam abaixo da ABI e da OAB em apoio a esta iniciativa que creio seja uma iniciativa da maioria da população brasileira desejosa de estabelecer uma ruptura definitiva em relação à política deteriorada, à política de deteriorização moral e absoluta que lamentavelmente transformou os sonhos em pesadelos nacionais porque a tempestade colorida que assola este País não roubou apenas o dinheiro público mas roubou os sonhos e as esperanças acalentadas por um povo, sonhos e esperanças de viver uma vida digna que é a exigência de toda sociedade brasileira.

Portanto, cabe-nos, como Presidente de um Partido político pequeno que ontem, se reuniu em Brasília para fechar questão "pró-impeachment" cabe-nos aqui enaltecer esta iniciativa da Assembléia do Paraná que por certo será exemplo para novos em-

preendimentos deste porte a fim de que também no Poder Legislativo iniciemos um processo de recuperação da credibilidade da política para reabilitarmos as instituições políticas consolidando o processo democrático que é o único caminho que podemos percorrer para a construção de um amanhã mais digno para nosso povo.

Muito obrigado! (palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após as palavras do ex-Governador Alvaro Dias, concedemos a palavra ao Deputado Nelson Justus.

Esta Presidência, antes, porém, informa que já recebe requerimento de constituição de uma Comissão de Deputados para incorporar a coordenação do movimento "pró-Brasil".

A Mesa Executiva indica os Líderes partidários, inicialmente coloca em votação este requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. O requerimento traz assinatura de quase todos os Parlamentares.

Desta forma, nós dizemos que esta Comissão será formada pelos Líderes partidários com assento nesta Casa.

Tem a palavra o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, autoridades aqui presentes que muito nos honram com a sua visita, também eu na qualidade de líder do PRN quero fazer uso da palavra nesta oportunidade.

Muito pouco me sobrou a dizer neste instante a VV. Ex.^{as}, no entanto, a bem da verdade temos que fazer algumas colocações.

O Paraná realmente é um Estado rico em homens capazes, de homens de bem, e dá essa inequívoca demonstração hoje, ao apresentar um requerimento que a bem da verdade fica claro. Um requerimento que não solicita o "impeachment" do Senhor Presidente, mas dá sim, o apoio total e incondicional aos homens de bem que integram a CPI e ao Congresso para que apurem todas as responsabilidades até o seu final, doa a quem doer.

Em nome desse apoio, em nome dessa busca da verdade que nós parlamentares apomos a nossa assinatura, e não poderia ser diferente até porque, independente da colocação partidária, todos nós temos compromisso muito maior com a nossa consciência.

Não sou como muitos que aqui se pronunciaram, candidato a nada, razão pela qual não faço nesse instante das minhas palavras um palanque político. E é isso que se espera dos homens de bem dessa Ca-

sa, a responsabilidade, a seriedade e, acima de tudo o compromisso com a verdade.

Vamos buscar sim, a apuração até o seu final, de todos os fatos.

No entanto, disse muito bem o Presidente do PST o ex-governador Álvaro Dias, temos que buscar não só as corrupções coloridas não senhor. Temos que exigir a apuração de todas as corrupções no Brasil porque corrupção não tem cor, como não tem cor a corrupção da privatização da VASP; assim como não tem cor a corrupção exercida através das empreiteiras via o ex-governador Orestes Quêrcia; assim como não tem cor a corrupção exercida no episódio do MEC que envolve o Sr. Roberto Marinho. Não tem cor essa corrupção. São essas que nós esperamos que sejam buscadas.

Em nome de tudo isso e aproveitando a oportunidade de termos aqui em nossa Casa um Presidente de um partido que inicia a sua caminhada no Brasil é que nós todos, membros da classe política temos que procurar fortalecer os verdadeiros partidos em nosso Brasil. Que eles não se tornem siglas de um homem só.

Aí sim, através de uma Reforma Partidária, nós todos poderemos ser cúmplices. Cúmplices sim, dos atos dos membros do nosso Partido. Enquanto isso não ocorrer, de maneira nenhuma poderemos ser jogados todos num mesmo saco, até porque não podemos e não queremos aqui dizer que deixamos o nosso partido, não. Eu permaneço no meu partido porque não envergonhei o meu partido, assim como o Deputado Alborghetti, Deputado Fregonese, não envergonhamos o nosso partido. Aqueles que o fizeram, estes sim, devem ser expurgados da mesma maneira que o Senhor Paulo César Farias deve ser expurgado do PMDB.

Portanto, companheiros da Assembléia Legislativa, não poderia, em momento algum, me calar nessa oportunidade em que esta Assembléia dá seu primeiro passo, dando total apoio como de resto toda a Nação para que se apure não só este momento, este fato isolado de corrupção, como todos aqueles que vêm sendo denunciados, inclusive, há mais tempo, como aqueles que eu mencionei aqui e outros que, porventura, não tenham o meu conhecimento. Cabe a nós, homens de bem, brigarmos por este tipo de trabalho.

Parabenizo o Deputado Dirceu Manfrinato, com muita honra, com muito orgulho e muita seriedade aponho a minha assinatura a este requerimento em busca da verdade, porque acredito piamente, e não me envergonho em momento algum de pertencer a esta ou àquela sigla porque para mim todos são iguais. Não vejo aqui no nosso País, partido com uma verdadeira doutrina, uma verdadeira filosofia e que responsabilize até o seu final, todos os seus membros. A par-

tir do momento em que isto acontecer, nós sim poderemos ser considerados cúmplices de falcatruas que existem por correligionários nossos.

O Paraná, realmente, dá um grande passo e demonstra sem palanque, e isso é que eu espero, sem coloração partidária, como bem disse o ex-governador, dá uma demonstração inequívoca de que é rico em homens de bem e homens capazes.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero registrar a presença de Benenice Antunes Müller, que comparece a este ato, representando o PSB. Partido Socialista Brasileiro.

Registro também a presença do Movimento Pró-Brasil, que tem um representante que é o Presidente do Partido dos Trabalhadores, mais um dirigente, o Soares, do Sindicato dos Engenheiros do Paraná.

Eles nos informaram que sexta-feira, às 18 horas, no Sindicato dos Engenheiros, à Rua Mal. Deodoro 211, 7º andar, haverá uma reunião do Movimento Pró-Brasil, cujo requerimento acabamos de aprovar e que foram indicados os líderes de Bancadas. E também nos informam que às 10 horas de sábado, na Boca Maldita, será inaugurado um painel chamado Painel da Moralidade. No dia 25/08, haverá, às 17 horas, uma concentração na Boca Maldita para uma manifestação popular para aprovação do relatório da CPI. Em data a ser marcada, após esse relatório da CPI, teremos um comício de nível estadual aqui em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente Anibal Khury, Srs. Secretários João Iensen e Lourenço Fregonese; estimado amigo Secretário da Justiça e Cidadania, Goyá Campos, representando Sua Excelência o Sr. Governador Roberto Requião; ex-Governador Álvaro Dias, demais autoridades aqui presentes. Nossa saudação ao Deputado Luiz Carlos Zuk, da nossa querida cidade de Ponta Grossa, que nos visita na tarde de hoje. Meus amigos.

A proposta iniciada ontem, através do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, veio realmente de encontro a tudo aquilo que hoje demonstra a população não só curitibana, paranaense, mas acima de tudo a população brasileira. Todos nós que estamos pelo menos um pouco atento àquilo que está acontecendo no País, haveremos de já ter constatado a verdadeira insatisfação que tomou conta da nossa sociedade brasileira, principalmente daqueles que, num determi-

nado momento, ousaram acreditar que realmente o Presidente Fernando Collor de Mello representava a salvação para o nosso País.

Infelizmente, tudo aquilo em que se acreditava há dois anos, dois anos e meio atrás, não aconteceu. A corda realmente ruiu e se implantou neste País um governo que está, a cada dia que passa, mais e mais manchando a dignidade não só da classe política, mas de todos aqueles que na sua vida ocupam uma função pública.

Entendemos nós que a postura adotada pela Assembléia Legislativa do Paraná tem sido ao longo de sua existência, realmente, uma postura coerente e, acima de tudo, arrojada.

A Assembléia Legislativa do Paraná, pelos dados que nos repassa a Presidência desta Casa, tem sido uma das mais, senão a mais atuante deste País, em termos de projetos aprovados, projetos discutidos, proposições que aqui tramitam, tem sido também uma daquelas que sai à frente em muitas ocasiões para debater assuntos de interesses, não só paranaense, mas assuntos de interesse da nossa região Sul, e principalmente assuntos nacionais.

Tivemos a oportunidade há questão de uns trinta dias, de aqui discutir um assunto que não é só do interesse do Paraná e de Santa Catarina, mas que é da Região Sul, que é do Cone Sul, que é do Brasil, e que se tratava da questão da divisão do Estado do Paraná, com a conseqüente criação do Estado do Iguçu.

Ainda nesta terça-feira, sob a liderança do Deputado Fregonese, a Assembléia reuniu lideranças não só do Paraná, mas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para discutirmos a questão tributária, os prejuízos, os benefícios que poderiam causar aos nossos Estados sulistas, esta proposta que se encontra em Brasília e desta feita a Assembléia Legislativa, acatando a manifestação da maioria dos parlamentares, convoca esta reunião, esta sessão especial para darmos encaminhamento a esta moção que procura refletir o pensamento da sociedade paranaense através de seus parlamentares acerca da problemática que estamos vivendo a nível nacional.

É bem verdade que o Paraná, a exemplo desta Assembléia Legislativa, tem se portado com muita firmeza e tem sempre procurado sair à frente, como pioneiro em iniciativas como esta que hoje estamos desenvolvendo na Assembléia.

O Paraná, que já é o primeiro em tantas coisas no setor produtivo, foi também o primeiro a levantar a bandeira das eleições diretas para o nosso País. Foi daqui que saíram as primeiras manifestações e o grande comício da Praça Osório, que a partir dele se transformaram numa rotina nes-

se País e que culminaram evidentemente com as eleições diretas para todos nós podermos exercer esse direito que é talvez um dos mais importantes que temos.

E agora mais uma vez, a Assembléia Legislativa sai à frente propondo através desta moção, eu tenho certeza, não apenas que se cumpram a Constituição Nacional, que se busque realmente com rigor punir os culpados, mas dá com muita clareza uma visão de que no Paraná já existe um senso e porque não dizer um consenso de que o "impeachment" é realmente o único caminho que devemos buscar daqui para frente, tendo em vista que a renúncia não pode ser por nós acreditada que aconteça.

Eu acredito que o Paraná, que buscou as diretas para que tivéssemos lá um presidente eleito por todos nós, ousa mais uma vez e cumpre com sua obrigação quando sai à frente pedindo através desta moção que se tome medidas enérgicas, mas que fique também bem claro que o Paraná está hoje de pé e aguardando que o Congresso Nacional cumpra com o seu dever, declarando no momento oportuno, o "impeachment" de Sua Excelência o Presidente da República.

Não está em jogo evidentemente a figura de Fernando Collor, de Dona Rosane, do Sr. Pedro ou do Sr. PC, o que está em jogo, acima de tudo, são os interesses de uma Nação que está sem governo, porque se nós averiguarmos, o Brasil está sem governo, e sem governo não poderemos continuar.

O governo Collor de Mello acabou e se de lá ele não sair por sua própria vontade, através da renúncia, terão os nossos Parlamentares, motivados que serão, pela ABI, pela OAB, pelas demais entidades nacionais, de exercerem também um direito que a Constituição lhes assegura, que é de declarar o impedimento do Presidente da República. Nós estamos na condição de parlamentar que somos, muito atentos e preocupados, mas diríamos até que satisfeitos com a postura que a gente tem visto transparecer nas atitudes de muitos dos congressistas nacionais.

Entendemos nós que a exemplo também do que faz a Assembléia Legislativa do Paraná, o Congresso Nacional, quando teve a coragem de implantar essa CPI, quando teve a coragem de adotar as posturas que vem adotando, ele dá a nós também a segurança de que terá coragem suficiente para não trair a confiança e a expectativa do povo brasileiro e declarar o impedimento do Presidente da República.

Tenho comigo uma certeza de que não haverá necessidade de aguardarmos que outros segmentos da Nação brasileira tenham que tomar atitudes, talvez mais enérgicas, atitudes que possam não corresponder, como não corresponderam na seqüência a aspiração do povo brasileiro que foi a revolução

de 64.

Quero acreditar que hoje o Congresso Nacional está maduro o suficiente, está agindo com firmeza, com correção e com determinação, a ponto de não estimular esses segmentos da sociedade brasileira para que eles venham tomar as atitudes que nós os políticos porventura não tenhamos coragem de tomar.

Por esta razão é que nós, neste momento, em nosso nome pessoal e da nossa bancada, do PMDB, queremos declarar toda a nossa solidariedade, todo o nosso entusiasmo com referência à proposta do Deputado Dirceu Manfrinato, com referência a esta sessão de hoje, realizada e dizer realmente que o momento é de ter coragem, é de sair à frente, é de lutar por aquilo que a gente acredita ser correto e ser verdadeiro. Não vamos deixar que os outros façam aquilo que cabe a nós os políticos fazer. O Congresso Nacional até o momento está se portando muito bem com relação à CPI.

Quero acreditar que assim se processará até o final e que ao final, com todas as evidências, e diria mais, com todas as comprovações já existentes, não restará outro caminho a não ser realmente o impedimento do Presidente da República, para que nós possamos retomar o caminho da moralidade e da governabilidade deste País.

Cumprimento a Assembléia, mais uma vez, e quero ao finalizar, buscar lá atrás do poeta Geraldo Vandré, que disse certa vez e que é muito próprio para este momento: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer."

A Assembléia Legislativa está realmente cumprindo com o seu papel. Ela não está esperando que as coisas aconteçam. Ela está fazendo a sua vez. Ela está fazendo a sua hora.

Meus cumprimentos ao Paraná, pela Assembléia Legislativa ter adotado esta postura. (aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência recebe o requerimento de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que pede a transcrição nos Anais da Casa do artigo assinado pelo Governador Roberto Requião e publicado no jornal Gazeta do Povo do dia 06 de agosto do corrente, sob o título: "O Governo Collor acabou". - Em discussão o documento. Em votação. - Aprovado.

Ao encerrar esta sessão solene especial, agradeço em nome da Presidência, da Mesa Executiva da Assembléia, a presença de tantos quantos nos prestigiaram com suas presenças, nesta tarde.

A Assembléia, na verdade, faz ecoar o grito de todos os paranaenses, o grito da

moralidade, o grito do respeito às instituições brasileiras. Talvez, neste momento, seja o momento de recuperação do prestígio da classe política e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste requerimento proposto pelo Deputado Dirceu Manfrinato, dá oportunidade para que todos os políticos do Paraná se manifestem neste momento tão importante para a Nação brasileira.

Deus queira e ilumine os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, que possam decidir pelo melhor caminho que é aquele que é o desejo de todos os brasileiros, para acabar com a corrupção, com a falta de respeito para com as instituições.

A Assembléia, como bem frisou o Deputado Orlando Pessuti, tem dado uma demonstração de grande sabedoria política, e esta Casa, há poucos dias, na verdade, tomou a posição de não permitir a retaliação do Estado do Paraná, e agora mais uma vez, sai na frente também com esta posição de tirar um documento, encaminhar aos parlamentares do Congresso, demonstrando o anseio e avontade do povo do Paraná.

Ao final da sessão, comunico aos Srs. Parlamentares que segunda-feira o horário está destinado para as comissões internas da Casa. Na terça-feira, sessão importante, porque estaremos votando todos os aumentos salariais que foram encaminhados pelas mensagens a esta Casa.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1305, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, com apoio dos Srs. Deputados Rafael Greca de Macedo, Antônio Annibelli, Paulo Maia e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1306, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Lygia Pupatto, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Dirceu Manfrinato, Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1307, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão especial, marcando uma sessão ordinária para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 226/92, 225/92, 227/92, 228/92, 229/92, 174/92, 202/92, 210/92, 213/92 e 214/92.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 20 DE AGOSTO DE 1992.

"O Governo Collor acabou."

Governador - ROBERTO REQUIAO

Cada dia traz para nós, brasileiros, novo motivo de espanto provocado por esse formidável mar de lama e indignidade que atinge o governo federal e o próprio presidente da República. Acabamos de ver nos jornais, por exemplo, como foi conseguida a expansão da Rede OM, do Senhor José Martinez, porque ela cresceu a partir da vitória do presidente Collor. É dinheiro da construção civil, dinheiro do Fundo de Garantia, cheques de "fantasmas" ligados ao PC Farias que permitem ao Senhor Martinez, usando a televisão, bater duro nas pessoas sérias, nas pessoas que não querem compactuar com essa quadrilha que está assaltando, sem pudor, o Erário Público do país.

É preciso dizer um basta a tudo isso. Quando tivemos a honra de poder apresentar, na CPI do PC Farias, a documentação que embasava as denúncias que fizemos, há cerca de um ano, sobre o superfaturamento na Caixa Econômica Federal, fomos enfáticos ao afirmar que o país, a Nação toda espera a justa punição de todos os envolvidos nas ações criminosas que, dia após dia, se tornam mais claras aos nossos olhos. Dissemos, então, e repetimos: se a CPI, se a Justiça não punir exemplarmente os culpados, talvez o mais razoável seja o Congresso Nacional votar um indulto amplo e irrestrito para todos os ladrões deste país, porque nada mais pode justificar a manutenção dos criminosos na cadeia enquanto uma quadrilha continuar dando as cartas na República.

Todos os brasileiros que honramos nossos valores éticos e morais fundamentais, todos os brasileiros que ganhamos honradamente o pão de cada dia através do trabalho árduo e honesto, estamos sendo consumidos pela indignação. Não a indignação hipócrita dos moralistas de ocasião, para quem a negociata é o bom negócio para o qual não foram convidados, mas a indigna-

ção que brota de uma estrutura axiológica que estabelece a honestidade, a austeridade e o cuidado escrupuloso dos bens públicos como pontos altos dessa estrutura.

Esse governo que aí está acabou. A população começa a exigir que os ladravazes instalados no Planalto sejam postos na cadeia e o presidente Collor tenha, ao menos, a dignidade de renunciar. Este presidente não tem mais condições éticas e, muito menos, morais, para continuar à frente da primeira Magistratura da Nação. Mais do que o desvio do dinheiro público, mais do que as negociatas que infestaram a administração pública, das quais o presidente se faz culpado ao menos por omissão e silenciosa convivência, Collor precisa sair pelo que fez com as esperanças de um povo inteiro. Hoje o que se vê é a frustração de todos os brasileiros - descamisados e com camisa, que votaram nele e que não votaram - porque, ao elegermos o presidente da República, especialmente após o jejum cívico de 20 anos imposto pela ditadura, tínhamos a esperança, como brasileiros, que acertasse e que conseguisse fazer alguma coisa pelo país. Para não acabar de vez com a nossa esperança, para dar ainda um pouco de ânimo à imensa maioria de brasileiros sérios, honestos, trabalhadores e patriotas que sufocam a sua indignação na impotência do anonimato, o presidente Collor tem a oportunidade de fazer uma reparação simbólica, renunciando ao cargo que desonrou pelas suas agora notórias ligações com a quadrilha que assalta o país. Não aceitamos complacência com os ladrões e corruptos, assim como não aceitamos autocomplacência de quem se acredita acima do bem e do mal. A insistência do presidente em permanecer, a todo custo, ressuscitando, em todo o seu esplendor, a prática do "é dando que se recebe", de nada servirá, exceto para levar de roldão, no mesmo mar de lama e impunidade, as instituições da República, determinando um vácuo de poder e autoridade que será preenchido, como a História o demonstra, da forma mais terrível que se possa imaginar. Resta-nos, portanto, apenas insistir, a tempo e contratempo, como queria o Apóstolo: saia, presidente Collor; renuncie. O Brasil não agüenta mais tanta patifaria!